

Não se pode mudar a língua, mude-se o país

Carlos A. M. Gouveia

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal

Em “Línguas nacionais como bandeiras patrióticas; ou a lingüística que nos deixou na mão: observando mais de perto o chauvinismo lingüístico emergente no Brasil”, Kanavillil Rajagopalan aponta o dedo ao modo como a linguística não tem sabido corresponder aos desafios que, de um ponto de vista prático, lhe têm sido colocados, por recusa da disciplina em reconhecer que “não há como separar teoria e prática, análise e interpretação, diagnóstico e terapia”. Embora reconheça que “Todo cientista, inclusive o lingüista, está autorizado a depurar de um fenómeno observado o tipo de objeto que quer estudar”, Kanavillil Rajagopalan afirma que, assumindo-se tal atitude, há que pagar um preço, sobretudo “quando o grau de abstração é tão alto que o objeto estudado não tem quase nenhuma semelhança com o modo como os homens e mulheres comuns compreendem o mesmo fenómeno”. O preço pago, diria eu, foi provavelmente o estatuto de minoridade que tem sido atribuído à linguística. Porém, esse estatuto foi-lhe atribuído não apenas pela razão apontada, mas também, do meu ponto de vista, por a linguística não ter sabido providenciar outras ciências sociais, outras disciplinas em que a linguagem tem papel preponderante, com as conclusões, os instrumentos e as metodologias que de alguma forma lhes teriam permitido caracterizar os seus próprios objectos de estudo; sem tal contributo, essas disciplinas viram-se limitadas, nessa caracterização, à formulação de conceptualizações e de apreciações que nada devem à linguística (vd. Gouveia 1997: 34). Ora, é de tal estatuto de minoridade da linguística que decorre precisamente a construção social dos linguistas como entidades pouco relevantes nos processos decisórios relativos à língua, algo que acontece não só no Brasil, como também em Portugal ou por esse mundo fora, aspecto também ele referido por Kanavillil Rajagopalan.

Nos dias de hoje, podemos ainda e sempre reivindicar, como fazem certos linguistas (Widdowson 1997: 146), que a linguística (como qualquer outra ciência) não pode fazer outra coisa “senão idealizar a realidade e produzir modelos abstractos que não têm nenhuma semelhança directa com a real experiência da linguagem”. Mas temos também de ter consciência de que, por trazer custos muito elevados ao teor do próprio conhecimento assim alcançado (vd. Gouveia 2003), tal princípio tem vindo a ser posto em causa; da mesma forma, há que reconhecer, com Prigogine (1996[1997]: 7), que a ciência não pode ficar limitada a situações idealizadas e simplificadas, antes deve reflectir a complexidade do mundo real, encarando-nos e à nossa criatividade como partes de um traço fundamental presente em todos os níveis da natureza.

Com Kanavillil Rajagopalan não podemos, portanto, senão concluir que a linguística nos fez falhar. Mas que linguística foi esta que nos fez falhar? A utilização que Kanavillil Rajagopalan faz da primeira pessoa do plural ao longo do seu artigo (“nós, linguistas”) é solidária e recusa a acusação fácil, a afirmação da diferença pela crítica do outro; mas, nessa solidariedade, esconde, de facto, a questão fundamental que motiva este meu comentário: é que para um linguista que tenha como objecto de estudo não a língua enquanto sistema, a *langue* saussureana, mas o seu uso, a *parole*, o texto de Kanavillil Rajagopalan, na sua inquestionável pertinência, corresponde, na prática, a mais uma constatação da irrelevância do papel da linguística *dita própria* no quadro dos saberes e práticas de um novo modo de fazer ciência. Efectivamente, grande parte da literatura que ao longo das últimas décadas se constituiu *contra* a linguística do

paradigma dominante, tem questionado, entre outros aspectos, a pertinência da dicotomia saussureana acima registada (vd., por exemplo, Fairclough 1989; Davis e Taylor, eds. 1990; Pedro 1992; Thibault 1996;) e o modo problemático como a mesma informou e enformou o desenvolvimento dos estudos da linguagem em todo o século XX. Neste sentido, e apesar de não ter como ponto de partida para o seu texto a relação (ou não-relação) entre o que são actualmente duas linguísticas, uma enquadrável no âmbito das Ciências da Cognição, a outra no das Ciências Sociais (Faria et al. 1996: 19-20), Kanavillil Rajagopalan não deixa de se situar ideologicamente em função de tal realidade, tomando, obviamente, posição a favor daquilo que genericamente poderemos designar como uma linguística da *parole*.

E foi precisamente por estar consciente de que o falhanço não é da *sua* linguística, mas da *outra*, a que não está convencida das “implicações políticas” do seu próprio trabalho e que não enxerga “para além do véu da ilusão” que Kanavillil Rajagopalan se sentiu motivado a escrever o seu artigo, a partir da polémica causada pelo projecto de lei 1676, da autoria do deputado federal Aldo Rebelo. Mas não deixa de ser curioso que de tal motivação não tenha resultado uma tomada de posição clara de Kanavillil Rajagopalan sobre o projecto em questão e suas consequências sócio-culturais e linguísticas, sobretudo se considerarmos que, em certos momentos, o mesmo é por si colocado dentro da gaveta do chauvinismo linguístico (“O chauvinismo linguístico sempre esteve por aí”) e, em outros, não deixa de ser encarado como exemplo de uma possibilidade de aplicação de uma política e planeamento linguísticos concretos. Como ele próprio afirma “Política e planeamento linguísticos são áreas em que os envolvidos dificilmente podem ignorar o que as pessoas comuns ‘nas ruas’ sentem e pensam”. Donde se conclui que a política e o planeamento linguísticos são áreas que dificilmente podem ignorar o que está na base do projecto de lei do deputado Aldo Rebelo.

Face ao exposto, o que urge perguntar a Kanavillil Rajagopalan é em que aspecto é que a sua posição relativamente ao projecto de lei se diferencia das posições de outros linguistas que tomaram posição pública sobre a matéria, tratando-se, no seu caso, de um linguista consciente das implicações políticas do seu trabalho. As línguas não mudam por força de decretos-lei, é certo, mas as práticas sociais sim. E cabe aqui perguntar se Kanavillil Rajagopalan considera ou não que a utilização de estrangeirismos por parte dos falantes é definível como uma prática social. Se podemos legislar sobre condução de veículos automóveis ou sobre práticas de convivência social e familiar, porque não podemos legislar sobre práticas de utilização da língua? Não devemos, obviamente, legislar que “Todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira (...) será considerado lesivo ao património cultural brasileiro, punível na forma da lei”, como propõe o artigo 4º do projecto Rebelo, mas podemos e devemos legislar, por exemplo, que todos os aparelhos e produtos à venda no Brasil (ou em Portugal, o caso que mais me motiva) devem ter instruções de utilização em português.

Estas são algumas questões que o texto que me foi dado comentar não coloca directamente, mas que se revelam pertinentes, sobretudo se pensarmos que, em alguns países, como é o caso da França, um projecto como o de Aldo Rebelo não teria cabimento, por completa falta de necessidade, uma vez que existem órgãos empossados que, legitimamente, e com o apoio do poder político, fazem planificação linguística.

Se a profusão de estrangeirismos na língua portuguesa no Brasil é notória e ultrapassa o limite do razoável, nada há que relativamente à língua possa ser feito para alterar essa tendência, mas por certo haverá algo a fazer na sociedade brasileira para evitar que se sinta a necessidade de se publicitar um “apartment” em quaisquer “Manhattan Tower,” “Beverly Hills Mansions,” ou “Hyde Park Housing Estate”, como

tendo “bay window”, “balcony”, “kitchen garden”, “laundry”, “cellar” e “closet”, para apenas referir casos citados por Kanavillil Rajagopalan. O problema não é de todo linguístico, mas é, com certeza, sócio-cultural.

O que com isto quero dizer é que o que acontece no Brasil, como aliás em Portugal, em matéria de chauvinismo linguístico, decorre não de questões linguísticas, já que não há nada de linguístico no chauvinismo linguístico, mas de questões culturais. E aqui, note-se, o problema não é da linguística, tenha ela ou não consciência das implicações políticas do seu trabalho; o problema é do poder político, ou seja, daquilo que poderemos identificar como a forte tendência burocratizante, e ao mesmo tempo desestruturada, na governação das sociedades brasileira e portuguesa, em que todos são especialistas em tudo mas nunca naquilo em que são, de facto, especialistas. Efectivamente, são raros os casos, pelo menos na sociedade portuguesa, em que especialistas são chamados a pronunciar-se sobre a sua área de especialidade, quando a questão tem, marcadamente, uma dimensão governamental ou política.

Referências

- Davis H. & Taylor, eds. (1990): *Redefining Linguistics*. London: Routledge.
- Fairclough, N. (1989): *Language and Power*. London: Longman.
- Faria, I. H., E. R. Pedro, I. Duarte & C. A. M. Gouveia, eds. (1996): *Introdução à Linguística: Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Gouveia, C. A. M. (1997): *O Amansar das Tropas: Linguagem, Ideologia e Mudança Social nas Instituição Militar*. Lisboa: Universidade de Lisboa (Dissertação de Doutoramento).
- Gouveia C. A. M. (2003): Critical Discourse Analysis and the Development of the New Science. In Weiss, Gilbert & Ruth Wodak, eds.: *Critical Discourse Analysis: Theory and Interdisciplinarity*. London: Palgrave Macmillan: 47-62.
- Pedro, E. P. (1992): Algumas Questões sobre a Prática (da) Linguística. In *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL: 330-341.
- Prigogine, I. (1996): *La Fin des Certitudes*. Trad. Ing.: *The End of Certainty: Time, Chaos, and the New Laws of Nature*. New York: The Free Press, 1997.
- Thibault, P. J. (1996): Re-reading Saussure: The Dynamics of Signs in Social Life. London: Routledge.
- Widdowson, H. G. (1997): The Use of Grammar, the Grammar of Use. *Functions of Language*, 4 (2): 145-68.